

Consórcio é para ricos, diz Magela

Rio — O diretor do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Geraldo Magela, explicou ontem que o consórcio de imóveis é uma medida para os compradores de renda mais elevada e para poder funcionar necessitará de uma nova regulamentação no âmbito do Ministério da Fazenda. Isto porque o decreto-lei existente atualmente atribui ao BNH a responsabilidade de dizer se um plano de consórcio de imóveis é técnica, econômica e financeiramente viável para a área social. E o MDU chegou à conclusão que o consórcio não deve ser aplicado à baixa renda, ficando restrito a uma faixa de vencimentos mais elevada.

Assim como o BNH é um banco de segunda linha, não podendo operacionalizar os dispositivos legais para aplicação do consórcio e já mesmo tendo o órgão se manifestado contrário à medida, para que ela se viabilize será necessária uma nova regulamentação do Ministério da Fazenda, segundo explicou Magela.

O presidente da CBIC, Roberto Andrade Ponte, considera que realmente não tem nenhum sentido um consórcio através do BNH e acha que a medida será "mais uma nova fonte de recursos do que uma solução para o SFH". E lembrou que apenas as pessoas com mais recursos poderão ingressar neste sistema uma vez que terão que pagar o imóvel paralelamente ao aluguel até serem sorteadas. A medida não será, assim, "tão ampla", mas, vale, no entender do empresário, "experimental".